



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA**

**Nº 8818**

PROCESSO SMA

**Nº 13784/2000**

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental Prévia**, com base no Parecer Técnico nº 110.723/10/TA e na Deliberação CONSEMA 02/2011, para:

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR**

RAZÃO SOCIAL: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

CNPJ: 352.294/0057-75

LOGRADOURO: RODOVIA HÉLIO SMIDT S/Nº

BAIRRO: CUMBICA

MUNICÍPIO: GUARULHOS CEP: 07143-970

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

NOME: AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS/CAMPINAS - 1ª ETAPA

LOGRADOURO: RODOVIA SANTOS DUMONT - SP 075, KM 66

MUNICÍPIO: CAMPINAS

**CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

DESCRIÇÃO: Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos / Campinas - 1ª Etapa (2015) em área patrimonial de 27,18 km², contemplando: Implantação da 2ª Pista de Pouso e Decolagem - 2ª. PPD (3.600 m x 60 m); Implantação de Pistas de Rolamento e de Área para Teste de Motores e Inspeção de Aeronaves; Pátio de Aeronaves; Ampliação de Área para Equipamentos de Rampa; Ampliação de Área de Pátios e Estacionamento de Veículos do Terminal de Cargas; Implantação de novo Terminal de Passageiros - TPS (projeção 133.130 m²); Edifício Garagem - EDG (projeção 174.400 m²); Ampliação do Terminal de Cargas - TECA; Sistema Administrativo e de Manutenção (implantação de CEMAN); Implantação do SESCINC - Serviços de Salvamento e Combate a Incêndio; Hotel e Centro de Convenções; preparação de Lotes; e obras para infraestrutura básica, construção de obras-de-arte especiais, túneis e vias de acesso internas.

**OBSERVAÇÕES**

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento, deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data **31/01/2011**

**MARCELO DE SOUZA MINELLI** - Diretoria de Licenciamento e Gestão Ambiental

1523742



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 1/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

Para a continuidade do licenciamento, o empreendedor deverá apresentar para análise e aprovação, o atendimento às seguintes exigências:

**1 Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação – LI**

- 1.1 Apresentar manifestação da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campinas sobre o atendimento às condicionantes estabelecidas no Parecer Técnico nº 37/09;
- 1.2 Apresentar detalhamento do Programa de Comunicação Social, contemplando, no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, incluindo a participação de representantes das empreiteiras; o estabelecimento de canal de comunicação; as atividades a serem implementadas antes, durante e após as obras, público alvo; materiais e infraestrutura necessária; formas de divulgação; formas de avaliação contínua do programa, formas de registro das atividades e cronograma de atividades. Tal Programa deverá contemplar as ações de comunicação sobre as ações de desapropriação, relocação e indenizações, o número de vagas a serem abertas e o perfil profissional exigido para contratação, e as alterações temporárias no tráfego local;
- 1.3 Comprovar a implementação das atividades preliminares propostas no Programa de Comunicação Social para a fase que antecede a obra, em especial a realização de ações de comunicação com a população a ser desapropriada e relocada, registros fotográficos, materiais distribuídos, etc.;
- 1.4 Apresentar as atividades a serem desenvolvidas junto às Prefeituras Municipais de Campinas, Indaiatuba e Monte-Mor, referente aos Termos dos Acordos de Cooperação Técnica firmados. Informar o objeto dos Termos Específicos a serem desenvolvidos, cláusulas, responsabilidades, e cronograma;
- 1.5 Apresentar o detalhamento do Programa de Ação Integrada entre as Prefeituras Municipais e a Infraero, contemplando as ações e procedimentos a serem implementados, a equipe técnica e a definição das responsabilidades, cronograma de atividades, etc.;
- 1.6 Apresentar o detalhamento dos Projetos de Drenagem Provisória, de Drenagem Definitiva, de Contenção de Sedimentos, destacando as medidas e dispositivos a serem adotados nos pontos mais susceptíveis aos diversos processos de dinâmica superficial e assoreamento. Apresentar as ARTs dos responsáveis técnicos pelos projetos;
- 1.7 Apresentar o detalhamento do Subprograma de Erosões Escorregamentos e Assoreamento dos Cursos d' Água Locais no âmbito do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras; do Programa de Controle de Processos do Meio Físico; e do Programa de Controle de Erosões e Recuperação de Áreas Degradadas, contemplando, no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades, incluindo a participação de representantes das empreiteiras; o detalhamento das medidas e procedimentos propostos; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não-conformidades; as formas de registros ambientais e de treinamento dos empregados; os métodos e procedimentos de trabalho ambientalmente adequados para a construção da obra; e o cronograma de atividades;
- 1.8 Apresentar detalhamento e revisão do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Comunidades Hidrobiológicas para a fase das obras de Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos – 1ª Etapa, observando, no mínimo, os seguintes aspectos:

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

1523852



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 2/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- Complementar, na área proposta para a ampliação do aeroporto, os pontos de coleta constantes do Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas e Superficiais Modificado (12 pontos), aprovados no âmbito do Parecer Técnico CPRN/DAIA/108/2007 que subsidiou a Licença Ambiental de Operação de Regularização – LO nº 253, definindo os pontos estratégicos que serão monitorados. Considerar para tal, dentre outros, os pontos de controle sugeridos no Parecer Técnico 37/10 emitido pela Prefeitura Municipal de Campinas;
  - Para os pontos inseridos no plano de monitoramento aprovado na LO nº 253, e na área de expansão aeroportuária, realizar 12 amostragens distribuídas ao longo do ano hidrológico, intensificando as mesmas no período de chuvas;
  - Apresentar para cada ponto de intervenção em recurso hídrico superficial (3 canalizações, 2 drenagens de nascentes e 11 travessias de corpos hídricos) relatório fotográfico detalhado, a fim de que os mesmos funcionem como linha de base, para acompanhamento das obras no que se refere a assoreamento;
  - Realizar as análises em conformidade com a Resolução SMA 37/06, Decisão de Diretoria nº 211/2009/T/L e Portaria Conjunta 01/T/L/2009.
- 1.9 Comprovar atendimento às recomendações do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2009, do Comitê de Bacias Hidrográficas PCJ relativas à:
- Detalhamento dos sistemas e tecnologias para a captação, armazenamento e utilização de água de chuva;
  - Apresentação de Programa de Educação Ambiental voltado à proteção dos recursos hídricos, abrangendo público interno e externo ao empreendimento, com destaque para a bacia do Rio Capivari;
  - Quanto aos potenciais impactos referentes à impermeabilização o empreendedor deverá demonstrar que o projeto de drenagem contemplou as seguintes diretrizes:
    - A captação das águas pluviais e sua condução não terá como destino encostas ou vertentes que possam originar processos erosivos lineares a jusante;
    - As águas pluviais serão conduzidas até canaletas, valas, poços, bacias de infiltração e corpos d'água, com adequada estrutura de dissipação de energia nos pontos de lançamento;
    - De modo a minimizar o impacto da implantação das infraestruturas de drenagem em áreas com vegetação nativa, os pontos de lançamento dos efluentes pluviais deverão coincidir com os pontos de intervenção nas APPs.
  - Incluir no projeto de drenagem definitivo, dispositivos estruturais de mitigação do incremento de cargas difusas durante a operação do empreendimento. Apresentar ainda, a eficiência projetada para tais dispositivos;
  - Comprovar atendimento ao Parecer Técnico 37/09 emitido pela Prefeitura Municipal de Campinas, quanto à implantação de Reservatórios de Controle de Cheias, a fim de amortecer eventuais ondas de cheia a jusante do empreendimento;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental

Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523707



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 3/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- Apresentar Plano de Ação de Emergência – PAE para fase de obras, contemplando no mínimo: as diretrizes e informações para a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos a serem adotados em situações de emergência, envolvendo risco ou impacto ambiental, que poderão ocorrer durante a obra; a identificação das fontes geradoras e dos produtos perigosos que serão manipulados no canteiro de obras;
  - Comprovar atendimento ao disposto no Ofício GS nº 179/10 de 18/11/10 emitido pelo SAAE, especialmente em relação ao projeto do sistema de esgotamento sanitário do empreendimento.
- 1.10 Apresentar as outorgas de implantação emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para as 3 canalizações, 2 drenagens de nascentes, 11 travessias de corpos d'água, captações de água de superfície e subterrânea, e para lançamento de efluentes;
- 1.11 Apresentar o projeto de terraplanagem e o balanço de massa detalhado, contemplando: os volumes totais de corte e aterro para a implantação do empreendimento, e a capacidade de fornecimento ou disposição de material, respectivamente, de cada área de empréstimo e depósito de material excedente a ser utilizada nas obras;
- 1.12 Apresentar o Plano de Ataque de Obras, contemplando a estratégia de execução das obras relacionando métodos, seqüência, e localização das áreas de apoio, comprovando que critérios e restrições ambientais foram considerados na elaboração do mesmo. Deverá ser demonstrada a compatibilidade dos cronogramas dos Programas Ambientais ao Plano de Ataque de Obras;
- 1.13 Apresentar para as áreas de empréstimo, depósitos de material excedente e bota-esperas, situados dentro do sítio aeroportuário, a caracterização ambiental de cada área, comprovando que os mesmos serão implantados em local sem restrição ambiental. Apresentar a localização de cada área em ortofoto ou imagem de satélite (escala 1:10.000);
- 1.14 Apresentar para as áreas de empréstimo, depósitos de material excedente e bota-esperas, situados fora do sítio aeroportuário, as respectivas licenças ambientais. Para as áreas situadas fora do sítio aeroportuário e não licenciadas, proceder à regularização prévia das mesmas no âmbito deste licenciamento junto ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA da CETESB, atendendo as diretrizes da Resolução SMA nº 30/00, e apresentar Alvará da Prefeitura Municipal local (para as áreas situadas em área urbana);
- 1.15 Apresentar Programa de Gerenciamento de Passivos Ambientais, conforme o “Procedimento para Gerenciamento de Áreas Contaminadas”, aprovado em Decisão de Diretoria nº 103/2007/C/E, de 22/06/2007, publicada no D.O.E. de 27/06/07, da CETESB com as seguintes diretrizes:
- Para as áreas identificadas como potenciais, complementar a avaliação preliminar, caso necessário, e realizar a investigação confirmatória a partir do modelo conceitual que identifique as fontes primárias/potenciais de contaminação;
  - Caso confirmada a contaminação, dar prosseguimento às demais etapas de gerenciamento de áreas contaminadas, realizando a investigação detalhada e avaliação de risco, para definir quais as medidas de intervenção necessárias para a realização das obras e aquelas necessárias para a continuidade do seu gerenciamento junto à Agência Ambiental de Campinas.
- 1.16 Apresentar detalhamento do Plano de Gestão e Controle Ambiental de Obras contemplando, no mínimo, ações e procedimentos gerenciais a serem adotados, a equipe técnica responsável, definição de responsabilidades. Indicar os trajetos dos veículos de serviço transportadores de solos, frequência de viagens, áreas para limpeza dos veículos e estruturas para controle de particulados, conforme a fase de obras;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental

Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523706



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 4/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- 1.17 Apresentar a localização dos canteiros de obra demonstrada em ortofoto ou imagem de satélite (escala 1:10.000), e lay-out indicando as instalações previstas (alojamentos, oficinas, unidades industriais, instalações sanitárias, vias de acesso, etc.);
- 1.18 Apresentar as Licenças Ambientais de Operação - LO para as empresas contratadas para fornecimento de concreto, asfalto e agregados para a execução das obras;
- 1.19 Proceder ao licenciamento ambiental complementar das atividades industriais e fontes de poluição das áreas de apoio junto à Agência Ambiental da CETESB de Campinas e apresentar as cópias das respectivas Licenças de Operação;
- 1.20 Apresentar projeto detalhado da estação de tratamento de esgoto sanitário das obras, bem como dos efluentes advindos de lavagens de máquinas e equipamentos, com os respectivos equipamentos, métodos, processo e eficiência de tratamento, localização, responsáveis pela operação, sistema de controle e locais de lançamento do efluente tratado;
- 1.21 Apresentar um Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção e Demolição – PGRCD, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil, contendo informações sobre a segregação, classificação, armazenamento e destinação final destes resíduos;
- 1.22 Apresentar as Licenças de Operação das empresas responsáveis pelo recebimento dos resíduos sólidos e efluentes, quando aplicável;
- 1.23 Apresentar detalhamento das áreas com receptores críticos para ruído a serem afetados em cada fase da implantação, considerando a proximidade dos canteiros, frentes de obras e caminhos de serviço previstos;
- 1.24 Apresentar os resultados dos levantamentos florísticos adicionais realizados antes da solicitação da LI, em pelo menos, quatro pontos de amostragem nos fragmentos de vegetação mais conservados da Área Diretamente Afetada, com o objetivo de subsidiar o detalhamento do Programa de Recomposição Vegetal;
- 1.25 Apresentar ajustes de lay out das estruturas e unidades a serem implantadas, visando minimizar a supressão de vegetação nativa e interferências em APPs nas áreas atualmente ocupadas por maciços florestais e cursos d'água. Considerar em especial as seguintes áreas:
  - Estacionamento (158.000m²), CEMAN (lote 40.000m²), PAA (89.100m²), e Companhias Aéreas – Apoio (64.000m²): previstas para serem implantadas na área atualmente ocupada pelo fragmento de cerrado existente no centro do sítio aeroportuário e em nascente;
  - Aviação Executiva: em área atualmente ocupada por fragmento de cerrado;
  - Lotes Comerciais lindeiros à Rodovia Santos Dumont: em área atualmente ocupada por fragmento de cerrado;
  - Vias de acesso que interceptam fragmentos de Floresta Estacional Semidecidual e mata ciliar.
- 1.26 Apresentar, com base no detalhamento do projeto e ajustes de lay-out, os quantitativos de supressão de vegetação e intervenções em APPs, especificando os estágios de regeneração;
- 1.27 Apresentar as Autorizações para a supressão de vegetação e intervenções em APPs e respectivos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) firmados junto à Agência Ambiental de Campinas;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523705



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 5/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- 1.28 Apresentar o detalhamento do Programa de Recomposição Vegetal informando sobre as atividades previstas, em especial quanto ao resgate de germoplasma; as metas almejadas; recursos e infraestrutura necessária ao desenvolvimento do programa incluindo a implantação de viveiro de mudas; metodologias; a indicação em fotos aéreas das áreas previstas para revegetação/restauração, enriquecimento e formação de corredores de fauna e recuperação de matas ciliares, previamente acordadas com a Prefeitura Municipal de Campinas e a Agência Ambiental de Campinas; a lista das espécies utilizadas nos plantios; cronograma de atividades compatível com o Plano de Ataque de Obras; formas de registro; equipe técnica responsável com a indicação do número de pessoas, formação técnica e ARTs;
- 1.29 Apresentar um Programa de Controle da Supressão de Vegetação a ser implementado concomitantemente ao Programa de Resgate e Relocação da Fauna. Tal programa deverá contemplar as ações e cuidados ambientais previstos, tais como: o corte unidirecional da vegetação; materiais e equipamentos necessários; o afugentamento da fauna para fragmentos próximos; a demarcação prévia da vegetação a ser suprimida; o acompanhamento por profissionais habilitados na identificação de espécies da flora, fauna, abrigos e ninhos, e no resgate e relocação de flora e fauna, etc; cronograma de execução; cartilhas distribuídas à equipe de campo e equipe técnica responsável pela elaboração e acompanhamento das atividades. Deverão ser observadas também as diretrizes da Resolução SMA 22/2010;
- 1.30 Apresentar os resultados das campanhas adicionais de fauna (contemplando os períodos seco e chuvoso), realizadas antes da solicitação da LI, nos fragmentos mais conservados que serão suprimidos e nos fragmentos do entorno que poderão ser utilizados na translocação da fauna (ADA e AID). Tais campanhas deverão ser realizadas por, no mínimo, 5 dias de campo, contemplando todos os grupos faunísticos nos três períodos do dia (manhã/tarde/noite). Apresentar também os resultados das campanhas de ictiofauna. Deverá ser informado sobre a metodologia utilizada, pontos de amostragem georreferenciados, esforço amostral, equipe técnica responsável e respectivas ARTs, espécies identificadas, hábitos e habitats, grau de ameaça e endemismo, registros fotográficos, avaliação dos resultados, etc.;
- 1.31 Apresentar um Subprograma de Monitoramento da Fauna detalhado, contemplando, no mínimo: a equipe técnica responsável e as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs); metodologias dos levantamentos e da avaliação dos resultados; recursos e infraestrutura necessária; pontos de amostragem; periodicidade dos levantamentos; formas de registro; cronograma compatível com a Resolução SMA 22/2010. Incluir a intensificação das campanhas antes e durante a supressão de vegetação;
- 1.32 Apresentar detalhamento do Programa de Resgate e Relocação da Fauna, contemplando as propostas de ações e procedimentos, priorizando o afugentamento da fauna para fragmentos adjacentes; metodologias; recursos e infraestrutura necessária; equipe técnica responsável e respectivas ARTs; cronograma de atividades compatível com o Plano de Ataque de Obras e com os demais programas ambientais de flora e fauna (especialmente os Programas de Controle da Supressão de Vegetação, Recomposição Vegetal, e Monitoramento da Fauna); formas de registros;
- 1.33 Apresentar, no âmbito do Programa de Resgate e Relocação da Fauna, os resultados dos levantamentos da capacidade de suporte das potenciais áreas ou fragmentos para a relocação da fauna, com base nos estudos florísticos e fitossociológicos. Apresentar a indicação em mapas ou fotos aéreas dos fragmentos florestais selecionados para a relocação;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523704



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 6/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- 1.34 Apresentar projeto do Centro de Triagem da Fauna, devidamente aprovado pelo Centro de Fauna Silvestre da SMA, detalhando as instalações, localização, equipe técnica responsável e atividades que serão desenvolvidas;
- 1.35 Apresentar as autorizações para captura, transporte e translocação da fauna, emitidas pelo Centro de Fauna Silvestre da Secretaria do Meio Ambiente (SMA), por ocasião da solicitação da Autorização de supressão da vegetação e intervenções em APPs junto à Agência Ambiental de Campinas;
- 1.36 Apresentar as anuências de instituições que receberão os animais resgatados e impossibilitados de reintrodução imediata, priorizando a reabilitação e reintrodução dos espécimes em ambientes naturais em detrimento da manutenção em cativeiro, como os Centros de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS);
- 1.37 Apresentar as anuências de instituições depositárias dos espécimes que forem encontrados mortos ou que, acidentalmente, vierem a óbito;
- 1.38 Incluir, no detalhamento do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras, medidas de prevenção aos eventuais atropelamentos da fauna, tais como: a implantação de dispositivos redutores de velocidade, sinalização das estradas de acesso às obras, controle da velocidade dos veículos e instruções aos motoristas;
- 1.39 Apresentar o cadastro das propriedades afetadas, os acordos amigáveis firmados, Decretos de Utilidade Pública (DUP) atualizados e respectivas imissões na posse. Considerar no cadastro, no mínimo, a identificação do proprietário, número de familiares, fonte e nível de renda, relação de posse, tipo da produção da propriedade, participação em programas sociais, identificação do imóvel, proprietário, localização em coordenadas UTM (inclusive com mapeamento), tipo de construção/benfeitoria a ser demolida, área de desapropriação (em m<sup>2</sup>) e percentagem relativa (%) de desapropriação em relação à área total do imóvel;
- 1.40 Apresentar o cadastro da população residente não proprietária no interior do sítio aeroportuário, contemplando, no mínimo, número de familiares, fonte e nível de renda, atividade econômica desenvolvida, participação em programas sociais, identificação do imóvel, localização em coordenadas UTM (inclusive com mapeamento), tipo de construção/benfeitoria a ser demolida. Comprovar as indenizações ou relocações realizadas;
- 1.41 Apresentar um Programa de Desapropriação e Relocação de não proprietários, contemplando as ações propostas relativas a: Processo de Negociação com a População Afetada, e Plano de Atendimento. Tal Programa deverá contemplar o detalhamento de todas as ações, critérios de indenização, informando, no mínimo, sobre as atividades a serem desenvolvidas, a equipe técnica responsável pela implementação do programa, as formas de avaliação contínua do programa, formas de registro das atividades, o cronograma de atividades. Incluir a indenização pela perda, interrupção das atividades produtivas desenvolvidas e alternativas para relocação;
- 1.42 Incluir no Programa de Desapropriação e Relocação de não proprietários, as seguintes diretrizes e medidas:
  - Considerar o estabelecido no PLGMZ-7 da Prefeitura Municipal de Campinas;
  - Apresentar propostas para a relocação das famílias em parceria com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, de forma a integrar soluções de relocação com programas habitacionais em andamento ou a serem estabelecidos, criando soluções habitacionais adequadas e evitando a migração dessa população para áreas irregulares ou de preservação ambiental;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

**Marcelo Minelli**  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523703





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 7/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- As áreas a serem objeto de relocação das famílias atingidas que exercem atividades rurais deverão possuir características semelhantes ou melhores em relação às áreas atualmente ocupadas, quanto à fertilidade do solo, produtividade, oferta natural de água ou possibilidade de construção de cisternas ou poços artesianos, etc.
- 1.43 Apresentar a revisão e atualização do Relatório de Atividades Produtivas, e as respectivas propostas de ações visando minimizar eventuais interferências no abastecimento de Campinas e região;
- 1.44 Apresentar um Subprograma de Indenização pela Perda e Inviabilização da Produção Agrícola, no âmbito do Programa de Desapropriação e Relocação de não proprietários, de acordo com a revisão do Relatório de Atividades Produtivas. Deverão ser consideradas, no mínimo, as seguintes diretrizes:
  - Prever a relocação das famílias não proprietárias que tiverem sua subsistência prejudicada de forma permanente pela implantação da ampliação do Aeroporto, respeitando as diretrizes do PLGMZ-7;
  - Divulgar orientações técnicas para retomada das atividades produtivas, bem como orientações aos produtores quanto aos programas públicos de assistência e crédito rural disponível;
  - Verificar o comprometimento ou não da sustentabilidade econômica da propriedade em caso de desapropriação parcial (inviabilização econômica da propriedade).
- 1.45 Apresentar um Programa de Contratação e Desmobilização da Mão-de-Obra, contemplando o perfil dos trabalhadores a serem contratados, priorizando a mobilização de mão-de-obra local, informando, no mínimo, sobre as atividades a serem desenvolvidas, a equipe técnica responsável pela implementação do programa, as formas de avaliação contínua do programa, formas de registro das atividades, o cronograma de atividades. Incluir as recomendações do Parecer COMDEMA de Campinas s/n, de 19/02/2009;
- 1.46 Incluir no Programa de Contratação e Desmobilização da Mão-de-Obra, um Subprograma de Capacitação Profissional, contemplando a possibilidade de reaproveitamento da mão-de-obra agrícola das áreas rurais desapropriadas, nas fases de implantação e operação do aeroporto;
- 1.47 Apresentar detalhamento do Programa de Educação Ambiental contemplando no mínimo: a equipe técnica responsável e responsabilidades; atividades a serem desenvolvidas junto aos trabalhadores e à comunidade; cronograma de atividades, recursos e infraestrutura necessária, etc.;
- 1.48 Apresentar o detalhamento do Programa de Adequação e Monitoramento de Interferências Urbanas, incluindo medidas compensatórias em termos de infraestrutura básica e equipamentos sociais para as áreas menos favorecidas que serão afetados pelo empreendimento, acordadas com as Prefeituras Municipais. Detalhar as atividades para gestão do tráfego, incluindo a identificação das estradas vicinais a serem afetadas, as vias alternativas, implantação de sinalização, etc.;
- 1.49 Apresentar os Acordos de Cooperação Técnica específicos firmados entre os municípios e a Infraero para a implementação do Programa de Adequação e Monitoramento de Interferências Urbanas;
- 1.50 Apresentar o detalhamento do Programa de Segurança no Trânsito e Prevenção de Acidentes, contemplando o conteúdo programático das capacitações; documentos de referência e materiais exemplares a serem utilizados (apostilas, slides e manuais); formas de treinamento (palestras, cursos e oficinas); público alvo; empresa/equipe contratada para treinamento; período, frequência e duração dos treinamentos; procedimentos de acompanhamento e controle;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 61073 - CREA 0685023823/D

1523702





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 8/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- 1.51 Apresentar um Plano de Gerenciamento Operacional do Tráfego na AID, devidamente aprovado pelos órgãos competentes. Tal plano deverá indicar: os trajetos a serem desenvolvidos (em mapa); os dispositivos de sinalização e desvio de tráfego; o número de viagens; período e horário de circulação previsto; propostas de adequação das vias entre outros;
- 1.52 Apresentar manifestação do IPHAN quanto à elaboração e realização do Programa de Prospeções Arqueológicas Intensivas em atendimento ao Parecer Técnico IPHAN 143/08 9ª SR/IPHAN/SP;
- 1.53 Apresentar a reedição do Decreto Municipal nº 15.378/2006 corrigindo sua poligonal, com a exclusão da área onde está localizado o Centro Comunitário do Bairro Rural de Friburgo;
- 1.54 Apresentar o cadastro atualizado das infraestruturas a serem afetadas e as respectivas autorizações dos órgãos ou concessionárias responsáveis;
- 1.55 Incluir no âmbito do Programa de Controle Ambiental das Obras propostas de ações e procedimentos para minimizar as interferências nas infraestruturas, devidamente acordadas com as concessionárias responsáveis e as prefeituras municipais;
- 1.56 Incluir no âmbito do Programa de Comunicação Social as formas de divulgação prévia da eventual interrupção dos serviços públicos à população afetada;
- 1.57 Apresentar cadastro atualizado dos processos minerários a serem afetados pelo empreendimento, os acordos firmados com os detentores dos direitos minerários e a baixa dos títulos junto ao DNPM;
- 1.58 Solicitar ao DNPM o bloqueio de novos pedidos de exploração mineraria na área do sítio aeroportuário;
- 1.59 Apresentar o Plano Local de Gestão Macrozona 7 atualizado, considerando as novas curvas de ruído e os atuais decretos de utilidade pública;
- 1.60 Apresentar um Programa de Requalificação das áreas sob as curvas de ruído, de acordo com as diretrizes do Plano Local de Gestão Macrozona 7 (PLGMZ-7), e devidamente acordado com a Prefeitura Municipal de Campinas;
- 1.61 Apresentar Termo de Cooperação Técnica de planejamento e gestão de integração viária para o aeroporto entre a Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Transportes – ST do Estado de São Paulo e Agência Nacional de Transportes Terrestres com o objetivo de elaborar e executar um Programa de Integração Intermodal para adequar e compatibilizar a capacidade operacional das vias rodoviárias e ferroviárias à ampliação operacional do aeroporto. Tal programa deverá contemplar, no mínimo: os incrementos previstos para o número de viagens em função do número de passageiros e do volume de cargas; os projetos municipais e estaduais existentes para adequação das vias urbanas e rodovias; os projetos ferroviários de transporte de cargas e passageiros; o dimensionamento do sistema de transportes para atendimento das demandas; a indicação das responsabilidades e ações de cada órgão, cronogramas;
- 1.62 Informar sobre o estágio atual de operação da Estação de Tratamento de Esgotos – ETE do Aeroporto de Viracopos;
- 1.63 Apresentar projeto dos sistemas de drenagem, coleta e tratamento das águas residuárias dos escoamentos pluviais e dos sistemas de contenção de produtos perigosos;
- 1.64 Apresentar descrição detalhada das fontes de emissão, estimativas de emissão e seus respectivos controles de emissões considerando os cenários atuais e futuros do empreendimento;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental

Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523701



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 9/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 8818

- 1.65 Apresentar estimativa das emissões veiculares associadas aos incrementos de tráfego na região em decorrência da ampliação do aeroporto. Com base nestas estimativas, avaliar a demanda por sistemas de transporte de alta capacidade e menor impacto à qualidade do ar;
- 1.66 Apresentar um Plano de Compensação das Emissões Atmosféricas com as respectivas ações/medidas efetivas para atendimento do Decreto Estadual 52.469/07;
- 1.67 Apresentar o detalhamento do Programa de Comunicação e Alerta informando sobre as ações e procedimentos para comunicação, alerta e integração da comunidade, equipe técnica responsável com a definição das responsabilidades, cronograma de atividades, entre outros;
- 1.68 Apresentar detalhamento e revisão do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Subterrânea para as obras de Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos – 1ª Etapa, contemplando, no mínimo, a complementação e indicação dos pontos de amostragem do Plano de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas Modificado para a área de ampliação do aeroporto; realização de amostragens semestrais, sendo que a primeira campanha deverá ser realizada antes do início das obras ampliação do aeroporto. Ressalta-se que as análises deverão ser realizadas em conformidade com a Resolução SMA 37/06, Decisão de Diretoria nº 211/2009/T/L e Portaria Conjunta 01/T/L/2009;
- 1.69 Demonstrar, com base no Despacho 009/09/EIPR do Setor de Gerenciamento de Riscos, o atendimento aos seguintes itens:
- Apresentar planta ou foto aérea, em escalas adequadas, apontando os limites físicos das áreas de armazenamento/abastecimento de combustível – PAA – Parque de Abastecimento de Aeronaves, “querodutos” e outras áreas passíveis de atividades que envolvam produtos químicos inflamáveis e tóxicos, e os seus entornos. Informar os volumes dos produtos a serem armazenados;
  - Identificar outras empresas, rodovias, ferrovias, corpos d’água, unidades de conservação, adensamentos populacionais, outros;
  - Apresentar o Termo de Referência padrão a ser usado nas licitações de concessão dos lotes destinados ao armazenamento de combustíveis, o qual deverá conter exigência de que o concessionário deverá licenciar sua instalação perante a CETESB.
- 1.70 Comprovar a assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, junto a SMA, e apresentar o comprovante do depósito bancário em Caderneta de Poupança do valor referente à compensação ambiental definido no TCCA, para atendimento ao artigo 36 da Lei Federal nº. 9.985/00 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340/02.

**2 Antes do início das obras**

- 2.1 Apresentar as outorgas de direito de uso, de lançamento e de interferências em nascentes e recursos hídricos emitidas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE.

**3 Durante a implantação do empreendimento**

- 3.1 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento comprovando a realização das atividades do Programa de Comunicação Social, indicando as atividades desenvolvidas no período, a equipe técnica responsável, avaliação de desempenho do programa, as não-conformidades identificadas, as respectivas medidas corretivas adotadas, o cronograma de atividades para o próximo período, e os

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

**Marcelo Minelli**  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523859



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 10/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- registros fotográficos. Comprovar, ainda, a divulgação e a manutenção de um canal de comunicação permanente com a população, visando minimizar eventuais problemas relacionados ao tráfego e sistema viário, e incômodos gerados pelas obras;
- 3.2 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Ação Integrada entre as prefeituras municipais e a Infraero, informando sobre as ações e procedimentos implementados no período; eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, etc;
  - 3.3 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Subprograma de Erosões, Escorregamentos e Assoreamento dos Cursos d' Água Locais no âmbito do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras; do Programa de Controle de Processos do Meio Físico; e do Programa de Controle de Erosões e Recuperação de Áreas Degradadas, informando sobre o avanço da obra, demonstrando, por meio de descritivos e registros fotográficos, as atividades desenvolvidas no período e analisando a eficácia das medidas adotadas, as não-conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas, e as atividades a serem desenvolvidas nas etapas subsequentes;
  - 3.4 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Comunidades Hidrobiológicas, contendo para cada ponto monitorado, a avaliação dos resultados analíticos, com destaque para os eventuais problemas identificados, e respectivas medidas corretivas adotadas. A eficiência da metodologia utilizada deverá ser avaliada conforme resultados obtidos, sendo realizadas adaptações e melhorias, caso necessário;
  - 3.5 Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras, as medidas e procedimentos adotados para o controle ambiental das áreas de empréstimo e depósito de material excedente, a análise da eficácia das medidas adotadas, registros fotográficos, as eventuais não-conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas, e as atividades a serem desenvolvidas nas etapas subsequentes;
  - 3.6 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Recomposição Vegetal, contemplando, no mínimo: as atividades desenvolvidas, incluindo o monitoramento dos plantios, metas alcançadas e almejadas, registro fotográfico, os resultados obtidos, responsável técnico. Incluir informações sobre o resgate de germoplasma, produção de mudas e transplante de espécimes ameaçados de extinção e endêmicos, e respectivo monitoramento;
  - 3.7 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Controle da Supressão da Vegetação contemplando, no mínimo, as ações e procedimentos adotados, em especial relativos ao resgate de espécimes vegetais eventualmente relocados, e as atividades de direcionamento e afugentamento da fauna; os cuidados e procedimentos adotados previamente à supressão de vegetação; análise crítica das atividades desenvolvidas; metas alcançadas e almejadas; registros fotográficos; resultados obtidos; eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, responsável técnico;
  - 3.8 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Subprograma de Monitoramento da Fauna, informando, no mínimo sobre os levantamentos realizados, os resultados obtidos como subsídio às ações de afugentamento, resgate e relocação da fauna, análise crítica dos resultados associada ao estado de conservação dos fragmentos e período dos levantamentos, registros fotográficos, etc.;
  - 3.9 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Resgate e Relocação da Fauna, informando no mínimo: a descrição das atividades desenvolvidas no período, registros das atividades, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, registros fotográficos, indicação de atividades previstas para o próximo período, etc.;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

**Marcelo Minelli**

Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental

Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523858



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 11/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 8818

- 3.10 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Desapropriação e Relocação, contendo informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação e relocação (informando o grau de adaptação à nova situação e nível de satisfação), avaliação de desempenho do programa, as não conformidades identificadas (principais problemas a serem solucionados), as respectivas medidas corretivas adotadas, equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos;
- 3.11 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Subprograma de Indenização pela Perda da Produção Agrícola, incluindo as informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação de atividades econômicas (informando grau de adaptação à nova situação, nível de satisfação dos relocados, e as atividades desenvolvidas no período), registros fotográficos datados, avaliação dos resultados obtidos, formulários de registro, não-conformidades verificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, atividades previstas para o próximo período, entre outros;
- 3.12 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Contratação e Desmobilização da mão de obra, informando sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas entre outros;
- 3.13 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Educação Ambiental contendo, no mínimo, a descrição das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, a equipe técnica responsável, resultados obtidos, entre outros;
- 3.14 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Segurança no Trânsito e Prevenção de Acidentes e do Plano de Gerenciamento Operacional do Tráfego, informando sobre as atividades desenvolvidas, registros de ocorrência de eventuais não conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, etc. Indicar ainda os trajetos utilizados na obra e a situação de conservação e sinalização dos mesmos;
- 3.15 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento comprovando as ações realizadas no âmbito dos Termos de Cooperação firmados entre as Prefeituras Municipais e a Infraero;
- 3.16 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Subterrânea, contendo para cada poço monitorado, a avaliação dos resultados analíticos realizada logo após a coleta dos dados, com destaque para os eventuais problemas identificados, e respectivas medidas corretivas adotadas. A eficiência da metodologia utilizada deve ser avaliada conforme resultados obtidos, sendo realizadas adaptações e melhorias, caso necessário;

**4 Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO**

- 4.1 Apresentar relatório final com o balanço das atividades do Programa de Comunicação Social indicando as atividades desenvolvidas durante as obras e a avaliação da implementação do Programa;
- 4.2 Apresentar relatório final com o balanço das atividades do Programa de Ação Integrada indicando as atividades desenvolvidas durante as obras e a avaliação da implementação do Programa;
- 4.3 Apresentar relatório final conclusivo informando sobre as medidas ambientais adotadas ao longo da obra e no encerramento dos: Subprograma de Erosões, Escorregamentos e Assoreamento dos Cursos d' Água Locais no âmbito do Plano de Gestão e Controle Ambiental das Obras; Programa de Controle de Processos do Meio Físico; e Programa de Controle de Erosões e Recuperação de Áreas

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 61073 / CREA 0685023823/D

1523857



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 12/14

PROCESSO SMA

Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

- Degradadas. Tal relatório deverá apresentar a avaliação dos resultados obtidos nos programas, e comprovar a completa recuperação de todas as áreas impactadas por processos erosivos e assoreamento durante a construção do empreendimento, ou com processos instalados anteriormente às obras;
- 4.4 Apresentar um Programa de Gestão Ambiental da Operação, incluindo o monitoramento e controle de processos erosivos, assoreamento e a recuperação de áreas degradadas, considerando todo o sítio aeroportuário, inclusive as áreas remanescentes que não sofrerão intervenção direta da implantação. Contemplar, no mínimo: a equipe alocada e as respectivas responsabilidades; o detalhamento das medidas e procedimentos propostos; os mecanismos de gestão; as formas de acompanhamento ambiental, incluindo uso de indicadores ambientais e avaliação das não-conformidades; procedimentos de trabalho; e o cronograma de atividades;
  - 4.5 Apresentar relatório conclusivo do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e Comunidades Hidrobiológicas, consolidando os resultados apresentados nos relatórios semestrais de acompanhamento, para cada ponto monitorado, e comprovando a eficiência das medidas mitigadoras, e eventualmente corretivas, adotadas durante a implantação do empreendimento;
  - 4.6 Apresentar relatório conclusivo comprovando a recuperação de todas as áreas de empréstimo e depósito de material excedente, utilizadas durante as obras de implantação do empreendimento;
  - 4.7 Comprovar atendimento aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRAs firmados junto à Agência Ambiental de Campinas;
  - 4.8 Apresentar relatório final do Programa de Recomposição Vegetal contemplando, no mínimo, o balanço das atividades desenvolvidas, incluindo o monitoramento dos plantios, metas alcançadas, registros fotográficos, resultados obtidos, responsável técnico. Incluir informações sobre o transplante de espécimes ameaçados de extinção e endêmicos;
  - 4.9 Apresentar relatório final do Programa de Controle da Supressão da Vegetação contemplando, no mínimo, o balanço e avaliação das atividades desenvolvidas, a equipe técnica responsável, os registros das atividades, os registros fotográficos, etc.;
  - 4.10 Apresentar relatório final do Subprograma de Monitoramento da Fauna implementado na fase de obras, com a análise crítica das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, não-conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, responsável técnico e proposta de continuidade do programa durante a fase de operação do empreendimento;
  - 4.11 Apresentar relatório final conclusivo do Programa de Resgate e Relocação da Fauna, com o balanço e avaliação das atividades desenvolvidas no período, registros fotográficos, não-conformidades identificadas e respectivas medidas corretivas adotadas, responsável técnico;
  - 4.12 Apresentar relatório final do Programa de Desapropriação e Relocação, comprovando a realização de suas atividades, contemplando no mínimo, as ações realizadas na implantação do empreendimento, a avaliação dos resultados obtidos e as atividades a serem realizadas no período de operação (monitoramento da população relocada), entre outros;
  - 4.13 Apresentar relatório final do Subprograma de Indenização pela Perda da Produção Agrícola, comprovando a realização de suas atividades, contemplando no mínimo, as ações realizadas na implantação do empreendimento, a avaliação dos resultados obtidos e as atividades a serem realizadas no período de operação (monitoramento das atividades econômicas relocadas), entre outros;

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

**Marcelo Minelli**  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

1523856



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB**

**ANEXO 1**

Folha 14/14

PROCESSO SMA  
Nº 13784/2000

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 8818

4.25 Atender às exigências da Deliberação CONSEMA 02/2011 de 27/01/11, ou seja:

- Realizar a avaliação de emissões dos gases de efeito estufa e apresentar programa de abatimento e/ou compensação dessas emissões;
- Constituir unidade de conservação, nos termos da Lei 13.550/09 e em local a ser definido em comum acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, ouvida a Secretaria do Meio Ambiente do Município de Campinas.

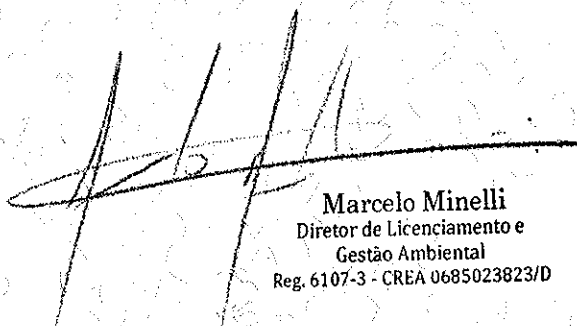
**5 Durante a operação do empreendimento**

- 5.1 Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Fauna, no prazo de três anos da emissão da Licença de Operação;
- 5.2 Comprovar a implementação do Programa de Monitoramento e Controle da Avifauna e dos fatores de sua proliferação na área de Atividade Aeroportuária, assim como a implementação do Plano de Ação Institucional;
- 5.3 Comprovar a implementação do Programa de Comunicação e Alerta, informando sobre as atividades desenvolvidas para a comunicação, alerta e integração da comunidade; público alvo; periodicidade das atividades, etc.

**6 Recomendações decorrentes da Deliberação CONSEMA 02/2011 de 27/01/2011:**

- 6.1 Será avaliado e aprovado pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais o plano de levantamento e de realocação da fauna;
- 6.2 Será acompanhada pelo Instituto Florestal, pela Fundação Florestal e pela Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais a implementação do projeto de recomposição da vegetação.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Marcelo Minelli  
Diretor de Licenciamento e  
Gestão Ambiental  
Reg. 6107-3 - CREA 0685023823/D

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

1523854